

ATOS GOLPISTAS

Temor de “vazar” ação da Abin

Bolsonaro interrompeu fala de Heleno sobre infiltrar agentes na campanha eleitoral: “A gente conversa em particular”

» EVANDRO ÉBOLI

Ed Alves/CB/DA.Press



O general Augusto Heleno: “Se tiver que dar soco na mesa é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa é antes das eleições”

Na reunião de 5 de julho de 2022, no Palácio do Planalto, em que traçou ações para desqualificar a Justiça Eleitoral, o então presidente Jair Bolsonaro deu uma ordem de silêncio para o, à época, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o general Augusto Heleno. A determinação ocorreu quando o militar falava do risco de vazamento de uma iniciativa que estava anunciando, de infiltrar integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nos “dois lados” na campanha eleitoral. A Abin era subordinada ao GSI — no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi transferida para a Casa Civil.

“Primeiro, o problema da inteligência. Eu já conversei ontem com o Victor (Carneiro), novo diretor da Abin. Nós vamos montar um esquema para acompanhar o que os dois lados vão fazer. O problema todo disso é se vazarem qualquer coisa...muita gente se conhece nesse meio. Se houver qualquer acusação de infiltração desses elementos da Abin, em qualquer um dos lados...”, dizia Heleno, quando Bolsonaro o interrompeu e mandou o militar parar de falar. “General, eu peço que o senhor não fale, por favor. Peço que o senhor não prossiga mais sua observação aqui. Peço que não prossiga. Se a gente começa a falar ‘não vazarem’, esquece. Pode vazarem. Então, a gente conversa em particular, na nossa sala lá, sobre esse assunto”, enfatizou, encerrando o assunto.

Heleno foi alvo de busca e apreensão da Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, que o incluiu no Núcleo de inteligência paralela. Esse era o grupo que coletava dados e



Nós vamos montar um esquema para acompanhar o que os dois lados vão fazer. O problema todo disso é se vazarem qualquer coisa...muita gente se conhece nesse meio. Se houver qualquer acusação de infiltração desses elementos da Abin, em qualquer um dos lados...”

Augusto Heleno, ex-ministro do GSI

informações para ajudar Bolsonaro a tomar decisões “na consumação do golpe de Estado”. Entre as ações dessa frente de

atuação, estava o de monitorar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Virada de mesa

O general falou da necessidade dos órgãos do governo atuarem para assegurar a reeleição de Bolsonaro e diz que não teria VAR. Ao microfone na reunião, ele afirma: “Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa é antes das eleições”.

Para a PF, o general foi categórico ao falar, na sequência, sobre ter que agir contra determinadas instituições e pessoas. “Eu acho que as coisas têm que ser feitas antes das eleições. E vai chegar a um ponto que nós não vamos poder mais falar. Nós vamos ter que agir.

Agir contra determinadas instituições e contra determinadas pessoas. Isso para mim é muito claro.”

No relatório da PF, endossado pela Procuradoria-Geral da República e por Moraes, a reunião do dia 5 serviu para disseminar entre os auxiliares mais próximos de Bolsonaro a desinformação contra a Justiça Eleitoral, “apontando o argumento de que as Forças Armadas e os órgãos de inteligência do governo federal detinham ciência das fraudes e ratificavam a narrativa mentirosa apresentada pelo então presidente da República Jair Bolsonaro.” Procurador pela reportagem para comentar o assunto, Heleno não se manifestou.

Memória

Depoimento adiado à PF

O general Augusto Heleno vai depor à PF na investigação sobre o aparelhamento da Abin. A data ainda será definida. Inicialmente, a oitiva tinha sido marcada para o último dia 6. No entanto, acabou adiada porque a defesa pediu acesso aos autos e um prazo para analisar os documentos do inquérito.

Segundo os investigadores, no governo passado, foi instalada uma “Abin paralela” para monitorar pessoas consideradas adversárias do então presidente Jair Bolsonaro e atuar por interesses políticos e pessoais dele e de seus filhos e aliados.

Entre as suspeitas levantadas pela PF sobre a Abin, estão monitoramento ilegal de parlamentares de oposição ao governo Bolsonaro por meio do software First Mile, que acessa a geolocalização de celulares em tempo real; auxílio na defesa do senador Flávio Bolsonaro e de Jair Renan, filhos do ex-presidente, em investigações criminais; ataque às urnas eletrônicas; levantamento de informações sigilosas sobre inquéritos de interesse da família Bolsonaro; uso ilegal de ferramentas de espionagem, inclusive, programas para invasão de computadores; tentativa de ligar os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, do STF, ao PCC; uso indevido do aparato de inteligência para monitorar uma promotora de Justiça do Rio que investigou o assassinato da vereadora Marielle Franco.

Ed Alves/CB/DA.Press



O ex-ministro colocou em dúvida a segurança do sistema eleitoral

Torres: “A gente precisa atuar agora”

» RENATO SOUZA

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres teve participação ativa na reunião de 5 de julho de 2022, realizada para atacar as eleições. No encontro, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus ministros fizeram declarações de teor golpista.

Torres coloca em dúvida a segurança do sistema eleitoral e diz que é necessário “atuar agora”. As falas dele ocorreram após Bolsonaro afirmar que não confiava no resultado da eleição, acusar o PT e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de tentarem manipular o pleito.

“Realmente, é ameaça aberta o que está acontecendo. Qualquer um digita senha no celular aqui para transferir R\$ 300 e fica

preocupado de descobrirem a senha. Quem dirá em um sistema desse tamanho. A gente precisa atuar agora. Não estou querendo atropelar ninguém. Mas precisa ter algum tipo de observação nisso”, frisa Torres, que foi alvo da Operação Tempus Veritatis, da PF, na quinta-feira.

Em seguida, sem provas, faz declarações falsas sobre a ligação do PT com a facção Primeiro Comando Capital (PCC). “Nós temos que ter muito cuidado. Estamos aí desentranhando a velha relação do PT com o PCC”, acrescenta. Também alega que a Polícia Federal, à época subordinada a ele, fez recomendações sobre o sistema eleitoral que não foram adotadas.

Durante suas falas, Torres alerta para os avanços da Polícia

Federal sobre Bolsonaro e os ministros, caso o petista Luiz Inácio Lula da Silva fosse eleito. Diz que “não sabe se todos têm estrutura” para ouvir o que ele diria sobre o futuro dos integrantes do Executivo à época. “Mas eu queria começar por uma frase que o presidente colocou aqui, que eu acho muito verdadeira. E o exemplo da Bolívia é o grande exemplo para todos nós. Senhores, todos vamos se (sic) f*”, sustenta.

Ele afirma que teve conversas sobre como ficaria a PF em um governo do PT e indica que os presentes na reunião seriam alvos de procedimentos investigatórios. “Estou vendo isso se organizando. Está certo? Eu não digo que a Polícia Federal está aparelhada. Mas, por exemplo, hoje,

dentro da Polícia Federal, eu já sei quem vai ser o diretor-geral se o PT ganhar. Eu já sei como eles vão trabalhar no âmbito da Polícia Federal. A gente tem conversado sobre isso”, acrescenta.

Torres era o secretário de Segurança Pública do DF nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Na ocasião, ele estava nos Estados Unidos — havia embarcado antes de iniciarem suas férias oficiais.

Acusado de omissão, foi preso ao retornar ao Brasil. Ficou quatro meses detido no 4º Batalhão de Polícia Militar, no Guarã. Foi liberado sob condição de que cumprira medidas cautelares, como uso do tornozeleira eletrônica. Procurada pelo Correio, a defesa de Torres não se manifestou.

Entenda o caso

Os principais pontos da ação da PF que prendeu aliados de Bolsonaro por tentativa de golpe

» Quatro ex-assessores de Bolsonaro tiveram prisão preventiva decretada

São eles, o coronel do Exército Bernardo Romão Correa Neto; o ex-assessor especial de Assuntos Internacionais Filipe Garcia Martins, o coronel do Exército Marcelo Câmara e o major das Forças Especiais do Exército Rafael Martins de Oliveira. Somente Correa Neto não está detido, porque cumpre missão nos Estados Unidos. Segundo o ministro Alexandre de Moraes, do STF, a medida foi necessária para a “garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, comprovando a materialidade e fortes indícios de autoria dos tipos penais”.

» O passo a passo do golpe de Estado, segundo a PF
A decisão de Moraes mostrou que os alvos da operação

estavam planejando um golpe de Estado em uma organização formada por, pelo menos, seis frentes de atuação. Os objetivos eram: desacreditar o processo eleitoral, planejar e executar o golpe de Estado e abolir o Estado Democrático de Direito, para manter a permanência de seu grupo no poder. Entre as frentes nomeadas pela PF estava o Núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral, responsável por preparar o terreno e plantar as primeiras sementes do que virariam, mais tarde, narrativas para justificar o golpe. O grupo tinha a missão de produzir, divulgar e amplificar notícias falsas sobre supostas fraudes no sistema eleitoral, antes mesmo de as eleições ocorrerem. Outra frente era responsável por incitar os militares a aderir ao golpe. Para isso, o grupo tornou alvo militares que resistiam às investidas golpistas,

Ed Alves/CB/DA.Press



Polícia Federal cumpre mandados de busca e apreensão na sede do PL

amplificando ataques pessoais contra eles. Paralelamente, o tenente-coronel Mauro Cid, então ajudante de ordens da Presidência, atuava com outros aliados planejando e executando medidas para manter as manifestações em frente aos quartéis.

» Bolsonaro teria redigido minuta de golpe

A PF colocou o ex-presidente como participante direto na edição de uma minuta golpista que circulou entre seus aliados após o segundo turno das eleições. Conversas encontradas no celular de Mauro Cid

sugerem que Bolsonaro ajudou a redigir e editar o documento. A versão inicial do rascunho previa, além de novas eleições, a prisão de autoridades, como os ministros do STF Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo a PF, por sugestão de Bolsonaro, apenas o decreto de prisão de Moraes foi mantido.

» Moraes era monitorado, e grupo planejava prendê-lo nas primeiras horas do golpe

Os aliados de Bolsonaro também monitoravam Moraes. Segundo a PF, um dos seis grupos da organização criminosa, composto por assessores do ex-presidente e pelo ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno, vigiava “a agenda, o deslocamento aéreo e a localização de diversas autoridades”, entre as quais estava Moraes. O objetivo

era, segundo a apuração, capturar e deter o ministro logo nas primeiras horas do golpe. Em diálogo entre Marcelo Câmara, ex-assessor especial do então presidente, e Mauro Cid, a PF aponta que o codinome “professora” foi usado para se referir a Moraes. O ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército (Coter) general Estevam Théophilo seria o “responsável operacional” pela prisão de Moraes, a ser feita pelas Forças Especiais do Exército, os “Kids Pretos”.

» PF encontrou rascunho sobre estado de sítio na sede do PL
Na busca na sede do PL, a PF encontrou, na sala de Bolsonaro, um suposto pronunciamento que ele faria à nação, em rede nacional, detalhando os motivos e argumentos para a decretação de um estado de sítio e uso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO).